



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
Seção de Suporte Administrativo e Operacional - SSJ de Manhuaçu
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MANHUAÇU

APOSTILA SJMG-MNC-SESAP 1152021/2025

ESTÁGIO - JUSTIÇA FEDERAL

Nome legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Aplicação: 13/03/2025

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe da sala. Qualquer aparelho eletrônico que possibilite a comunicação com terceiros, dentro ou fora da sala, especialmente telefones celulares, deverá ser desligado, SOB PENA DE IMEDIATA ELIMINAÇÃO DA DISPUTA SELETIVA.
2. O tempo de duração da prova é de 4h (quatro horas), já incluído o tempo destinado à anotação das respostas do candidato na folha de respostas. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 (uma) hora após o início da prova, não podendo levar consigo este caderno de provas.
3. À questão deixada em branco NÃO será atribuída pontuação.
4. Você poderá levar o caderno de questões quando faltar uma hora para o encerramento da prova. Caso não queira levar, o caderno ficará disponível no balcão de atendimento da Subseção e no endereço eletrônico [https:](https://)
5. Caso necessite beber água ou ir ao banheiro, ou ainda qualquer tipo de ajuda que não seja relacionada ao conteúdo da prova, levante a mão e aguarde atendimento por um fiscal

BOA PROVA!

QUESTÕES

Direito Constitucional

1 - No que tange à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, as regras da Constituição da República de 1988 sobre distribuição de competências são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder no Estado de Direito, sendo guiadas pelo denominado princípio da:

Alternativas

- A) legalidade;
 - B) boa-fé;
 - C) predominância do interesse;
 - D) moralidade;
 - E) subsidiariedade.
-

2 - Analise as afirmativas e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas:

- () Controle prévio ou preventivo é o controle realizado durante o processo legislativo de formação do ato normativo.
- () Controle difuso é verificado em um caso concreto e a declaração de inconstitucionalidade se dá de forma incidental, prejudicialmente ao mérito.
- () Controle posterior ou repressivo é para o caso do Chefe do Executivo entender ser o projeto de lei inconstitucional, podendo vetá-lo.
- () Controle concentrado é realizado por qualquer juízo ou tribunal do Poder Judiciário. Devem ser observadas e respeitadas as regras de competência processual de acordo com as normas estabelecidas no ordenamento de processo civil, além do previsto na Constituição Federal.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

Alternativas

- A) F, F, V, V.
 - B) F, V, V, F.
 - C) V, F, V, F.
 - D) V, V, F, F.
 - E) V, F, F, V.
-

Processo Civil

3 - Assinale o item que contém a resposta correta:

Alternativas

- A) São elementos da ação o pedido, a causa de pedir e a legitimidade ativa e passiva.
 - B) Em razão do requisito da liquidez e certeza, não se admite pedidos genéricos no direito processual brasileiro.
 - C) A teoria abstrata da ação não reconhece a existência das condições da ação.
 - D) O requisito da compatibilidade de pedido se aplica tanto na cumulação própria como na imprópria.
-

4 - Sobre o pedido no processo civil, assinale a alternativa correta.

Alternativas

- A) O autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que haja consentimento do réu.
- B) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, estas somente serão consideradas incluídas no pedido, quando haja declaração expressa do autor neste sentido.
- C) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas

~~nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.~~

D) Como regra, admite-se a formulação de pedido indeterminado.

E) É ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, quando entre eles não haja conexão.

5 - Em relação a jurisdição e ação, assinale a alternativa correta.

Alternativas

A) A ação meramente declaratória é admissível, salvo na ocorrência de violação do direito.

B) Para postular em juízo, é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido, sob pena de não apreciação do mérito da causa pelo órgão jurisdicional.

C) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade não está sujeito a decisão judicial, ainda que nos próprios autos.

D) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica, assim como da autenticidade ou da falsidade de documento.

E) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, mesmo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

Processo Penal

6 - Da identidade física do juiz. Recebimento da denúncia. Citação do acusado. Instrução. Sentença. Assim:

Alternativas

A) O despacho do juiz, após o recebimento da denúncia ou queixa, ordenando a citação do acusado para responder à acusação no prazo de 10 (dez) dias, obriga-o proferir sentença;

B) O despacho do juiz ordenando a intimação do acusado, de seu defensor e do Ministério Público, para a audiência de instrução, obriga-o proferir sentença;

C) Os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa obrigam o juiz que presenciou a colheita da prova proferir sentença;

D) A resposta do acusado, decorrente da citação ordenada pelo juiz que recebe a denúncia, obriga-o proferir sentença.

Previdenciário

7 - Assinale a alternativa CORRETA. São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

Alternativas

A) o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; ou o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

B) o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; os pais; ou o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

C) o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito e um anos ou inválido; os pais; ou o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

D) o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; os pais; ou o irmão emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou

inválido.

E) o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; os pais; ou o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte anos ou inválido.

Nome

legível:

CPF: _____

Assinatura: _____

Questões Discursivas

QUESTÃO 8 - Conceitue o Controle de Constitucionalidade, indicando, além do conceito, a sua previsão normativa. É cabível em Juizado Especial?

QUESTÃO 9 - Conceitue a Seguridade Social, indicando, além do conceito, a sua previsão normativa. Qual a diferença entre a Seguridade Social e a Assistência Social?

QUESTÃO 10 - João trabalhou durante 12 (doze) meses em uma padaria como confeiteiro. No décimo segundo mês sofreu um acidente em casa, vindo a fraturar o punho. Após duas cirurgias e 6 (seis) meses de afastamento médico e fisioterápico, período em que recebeu auxílio por incapacidade temporária, as lesões foram consolidadas e o INSS indeferiu requerimento de prorrogação do auxílio, sob o fundamento de que João não estava mais incapacitado. João, porém, não consegui mais fazer todos os movimentos com o punho com a mesma amplitude, habilidade, destreza e precisão como antes e, por isso, passou a realizar suas atividades de confeiteiro de forma mais lenta, e com qualidade inferior, vindo a ser dispensado do trabalho pouco tempo depois. Com base na situação fática narrada, responda justificadamente se João tem ou não direito a algum benefício previdenciário, mencionando, em caso positivo, a espécie de benefício devido e seus requisitos legais.

8-RESPOSTA.

9-RESPOSTA

10-RESPOSTA

GABARITO DEFINITIVO

Questão	Resposta
1	C
2	D
3	C
4	ANULADA
5	D
6	C
7	B

Ao final da prova, entregue as respostas discursivas e o gabarito ao examinador.



Documento assinado eletronicamente por **Allyson Julio dos Santos, Supervisor(a) de Seção I**, em 13/03/2025, às 18:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1152021** e o código CRC **20C95A9F**.